



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Relatório Anual das Ações da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Ano base 2025

PRESIDENTE

Desembargador LEANDRO CRISPIM

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador AMARAL WILSON DE OLIVEIRA

2º Vice-Presidente

Desembargador GERSON SANTANA CINTRA

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador MARCUS DA COSTA FERREIRA

CORREGEDOR DO FORO EXTRA JUDICIAL

Desembargador ANDERSON MÁXIMO DE HOLANDA

OUVIDORA DO PODER JUDICIÁRIO

Desembargadora SANDRA REGINA TEODORO REIS

OUVIDORA SUBSTITUTA

Desembargadora SIRLEI MARTINS DA COSTA

OUVIDORA DA MULHER

Desembargadora JULIANA PEREIRA DINIZ PRUDENTE

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIAL DO ESTADO DE GOIÁS

Diretor: Desembargador JERONYMO PEDRO VILAS BOAS

Vice-diretora: Desembargadora MÔNICA CEZAR MORENO SENHORELO

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

JUSSARA CRISTINA DE OLIVEIRA LOUZA

LIDIA DE ASSIS E SOUZA

REINALDO DE OLIVEIRA DUTRA

GUSTAVO ASSIS GARCIA

JUÍZES AUXILIARES DA CORREGEDORIA

VANESSA ESTRELA GERTRUDES

MARCUS VINÍCIUS ALVES DE OLIVEIRA

SORAYA FAGURY BRITO

TÁRSIO RICARDO DE OLIVEIRA FREITAS

DIRETOR-GERAL

RODRIGO LEANDRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE GOVERNANÇA JUDICIÁRIA E TECNOLÓGICA

GUSTAVO MACHADO DO PRADO MACIEL

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

DAHYENNE MARA MARTINS LIMA ALVES

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

PRESIDÊNCIA: DRA. PRISCILA LOPES DA SILVEIRA, JUÍZA DE DIREITO

SUPLENTE DA PRESIDENTE: DR. CLAUBER COSTA ABREU, JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU

COORDENADOR: DR. GUSTAVO ASSIS GARCIA, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA

MEMBROS

DRª DENISE GONDIM DE MENDONÇA – JUÍZA DE DIREITO

DR. EDUARDO PEREZ OLIVEIRA – JUIZ DE DIREITO

DR. HERON JOSÉ CASTRO VEIGA – JUIZ DE DIREITO

DR. AGEU DE ALENCAR MIRANDA – JUIZ DE DIREITO

DR. THALES PRESTRÊLO VALADARES LEÃO – JUIZ DE DIREITO

DR. MARCELO ALEXANDER CARVALHO BATISTA – JUIZ DE DIREITO

DR. CLÁUDIO ROBERTO COSTA DOS SANTOS SILVA – JUIZ DE DIREITO

DR. ALEXANDRE MORAES COSTA DE CERQUEIRA – JUIZ DE DIREITO

DAYANE MONTEIRO DE SOUSA FERNANDES – ANALISTA JUDICIÁRIA

JOSÉ GABRIEL ANTUNES ASSIS – ESCRIVENTE JUDICIÁRIO DO CEJUSC DA COMARCA DE JATAÍ

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI – SECRETÁRIA DO NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, DE SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NURSAI)

ADRIANA MESQUITA – ASSESSORA DA DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO

CYBELLE SAAD SABINO DE FREITAS FARIA – DIRETORA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DANIELA FERREIRA SOUZA SOARES – ASSESSORA TÉCNICA DA DIVISÃO DE ALOCAÇÃO E ATENDIMENTO AO SERVIDOR

PATRÍCIA FERREIRA MAGALHÃES REZENDE – DIRETORA DA DIVISÃO DE ACOLHIMENTO E AMBIENTAÇÃO FUNCIONAL DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EUNICE ALVES LOPES – SERVIDORA DO NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE DA DIVISÃO DE SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EUNICE MACHADO NOGUEIRA – COORDENADORA EXECUTIVA DA ESCOLA JUDICIAL DE GOIÁS

RAFAELA CUNHA SACRAMENTO – SERVIDORA

ANA LUIZA REZENDE BORGES DA SILVEIRA – SERVIDORA

ACARAY MARTINS DA SILVA – SERVIDOR

ARIEL HEBERT DA COSTA MELO – SERVIDOR

ADRIANO JOSÉ DA SILVA SANTOS – SERVIDOR

ALVARO MACIEL PEREIRA DE SOUZA – SERVIDOR

ESAU MARANHÃO SOUSA BENTO – SERVIDOR

ROGÉRIO JESUS BORGES CARNEIRO – SERVIDOR

TARLEY MARTINS BASTOS – SERVIDOR

MARCELA IBIAPINO – SERVIDORA

NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NURSAI)

COORDENADOR: Juiz Auxiliar da Presidência GUSTAVO ASSIS GARCIA

MEMBROS:

SUBDIRETORA-GERAL - VANESSA DINIZ KUIVJOGI

DIRETORA ADMINISTRATIVA - TATIANA RODRIGUES FERREIRA

COORDENADOR DA DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - JOSÉ EDUARDO STORT FERNANDES
ASSESSOR DE PROCESSOS, GESTOR DE RISCOS, QUALIDADE, INTEGRIDADE E COMPLIANCE DA DIRETORIA-GERAL - HAMILTON PINHEIRO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA - RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI
ASSISTENTE - JOSÉ NETO CASSIANO DE CAMARGO
ASSISTENTE - EDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA TANNÚS
ASSISTENTE - MARCELA IBIAPINO MARTINS

SUMÁRIO

1. Apresentação	6
2. Ações desenvolvidas pelo NURSAI em conjunto com a Comissão de Acessibilidade e Inclusão - COPAI	7
2.1 Reuniões	7
2.2 Central de Libras	8
2.3 Implantação do calendário de Acessibilidade e Inclusão	8
2.4 Realização do Projeto Super Cães	9
2.5 Expansão do Programa Com Viver	10
3. Capacitação de magistradas, magistrados, servidoras e servidores	11
3.1 Oficina Inovajus de Acessibilidade e Inclusão	11
3.2 Palestra do Projeto Todos Por Todos	12
3.2.1 Webinário “Ferramentas para pessoas com deficiência visual no âmbito do sistema de Justiça”	12
3.3 Cursos ofertados pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – EJUG	13
3.3.1 Capacitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras)	13
3.3.2 Curso “Justiça Sem Barreiras”	13
4. Participação em eventos institucionais de acessibilidade e inclusão	14
5. Indicadores de Acessibilidade e Inclusão	15
5.1 Indicadores de Gestão da Acessibilidade e Inclusão	15
5.2 Indicadores de Acessibilidade em Serviços	15
5.3 Indicadores de Acessibilidade Comunicacional	15
5.4 Indicadores de Acessibilidade Tecnológica	16
6. Análise dos desafios enfrentados	16
7. Considerações finais	17
8. Publicações – Links	18

1 - Apresentação

Este relatório apresenta as ações de Acessibilidade e Inclusão desenvolvidas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) ao longo do ano de 2025, em conformidade com o disposto na Resolução CNJ nº 401/2021.

No TJGO, as iniciativas voltadas à Acessibilidade e Inclusão são conduzidas de forma integrada pelo Núcleo de Responsabilidade Social, Ambiental, de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão (NURSAI) e pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, instituída por meio do Decreto Judiciário nº 857/2018. Essa Comissão possui caráter multidisciplinar e tem como atribuições consolidar, analisar e monitorar dados processuais, bem como informações relacionadas às condições de acessibilidade das instalações físicas do Tribunal.

De forma conjunta, o NURSAI e a referida Comissão atuam na promoção de melhorias contínuas no atendimento e nos serviços prestados às pessoas com deficiência, assegurando que os princípios de acessibilidade e inclusão sejam incorporados como diretrizes prioritárias no planejamento institucional do TJGO.

Assim, este relatório consolida os avanços alcançados, as iniciativas implementadas e os desafios enfrentados a fim de reforçar o compromisso do Tribunal com a construção de um ambiente mais acessível, inclusivo e alinhado aos direitos das pessoas com deficiência.

2. Ações desenvolvidas pelo NURSAI em conjunto com Comissão de Acessibilidade e Inclusão – COPAI

2.1. Reuniões

Ao longo do ano de 2025, foram realizadas diversas reuniões pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, totalizando nove encontros.

As reuniões tiveram como foco a discussão, o planejamento e o acompanhamento de ações estratégicas voltadas à promoção da acessibilidade e da inclusão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO).

As pautas abordadas concentraram-se no aprimoramento das condições de acesso às instalações físicas, na qualificação do atendimento às pessoas com deficiência, na análise de demandas institucionais e no desenvolvimento de iniciativas que assegurem a efetivação dos direitos e a ampliação da inclusão no ambiente institucional. As pautas e atas constam na página desta Comissão no site oficial do Tribunal de Justiça de Goiás, link <https://www.tjgo.jus.br/index.php/comissoes-comites/comissoes/comissao-permanente-de-acessibilidade-e-inclusao>.

Resultados alcançados: Foram realizadas nove reuniões ordinárias ao longo de 2025, com definição de pautas estratégicas, deliberação sobre cronogramas e acompanhamento das ações de acessibilidade e inclusão. O resultado reforçou a governança interna da matéria e a coordenação intersetorial necessária à execução das iniciativas institucionais.

Desafios enfrentados: A realização periódica das reuniões enfrentou desafios relacionados à compatibilização de agendas dos membros, bem como à necessidade de articulação entre diferentes unidades administrativas, o que demandou esforço contínuo de coordenação e priorização das pautas estratégicas.

2.2. Central de Libras

Foram realizadas atividades relacionadas à continuidade e ao monitoramento do funcionamento da Central de Libras do TJGO, instituída em 2023 (PROAD 202302000384120). Por meio desse serviço especializado, foram viabilizados atendimentos e a realização de audiências destinadas ao público surdo, assegurando-se a intermediação comunicacional por intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e garantindo, assim, o pleno exercício do direito de acesso à Justiça.

A Central de Libras consolidou-se como instrumento essencial de promoção da acessibilidade comunicacional no âmbito do Tribunal, possibilitando a realização de atendimentos e audiências com a participação de pessoas surdas, mediante intermediação por intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. A iniciativa contribuiu diretamente para a ampliação do acesso à Justiça, garantindo maior autonomia e inclusão ao público com deficiência auditiva.

A ampliação do alcance da Central de Libras ainda enfrenta desafios relacionados à disponibilidade de intérpretes, à necessidade de expansão do serviço para todas as unidades judiciais e ao fortalecimento da divulgação do serviço junto ao público externo.

Resultados alcançados: Houve continuidade do monitoramento e do funcionamento da Central de Libras do TJGO, com viabilização de atendimentos e audiências destinados ao público surdo, assegurando intermediação comunicacional em Língua Brasileira de Sinais e ampliando as condições de acesso à Justiça. O resultado converge com o indicador institucional segundo o qual 50% dos contratos com atendimento ao público externo contam com pessoas aptas na comunicação em Libras.

Desafios enfrentados: A ampliação do alcance da Central de Libras ainda enfrenta desafios relacionados à disponibilidade de intérpretes, à necessidade de expansão do serviço para todas as unidades judiciais e ao fortalecimento da divulgação do serviço junto ao público externo.

2.3. Implantação do calendário de Acessibilidade e Inclusão

O Calendário de Acessibilidade e Inclusão, desenvolvido em parceria com a Diretoria de Comunicação Social (DIRCOM), resultou na veiculação de 16 publicações nas plataformas digitais oficiais do Tribunal de Justiça, contemplando conteúdos mensais voltados à promoção da acessibilidade e da inclusão. Tal iniciativa teve por objetivo fomentar a conscientização institucional e social acerca da matéria, reforçando a centralidade do tema no âmbito do TJGO e assegurando a difusão de informações relevantes ao público interno e externo, em consonância com as diretrizes de transparência e educação em direitos.



Foram realizadas 16 publicações institucionais ao longo do exercício, promovendo a difusão contínua de conteúdos relacionados à acessibilidade e inclusão. A ação fortaleceu a comunicação institucional, ampliou a visibilidade do tema e contribuiu para a sensibilização do público interno e externo quanto à importância da inclusão.

A execução do calendário institucional demandou constante articulação com as áreas de comunicação, enfrentando desafios quanto à padronização das publicações, à manutenção da periodicidade e à ampliação do engajamento do público com os conteúdos divulgados.

Resultados alcançados: O calendário institucional resultou na veiculação de 16 publicações nas plataformas oficiais do Tribunal, promovendo conscientização contínua sobre acessibilidade e inclusão. O desempenho dialoga com os indicadores de acessibilidade comunicacional, no âmbito dos quais também foram registrados 443 vídeos com recursos de acessibilidade e 2.714 matérias jornalísticas em formato acessível no período.

Desafios enfrentados: A execução do calendário institucional demandou constante articulação com as áreas de comunicação, enfrentando desafios quanto à padronização das publicações, à manutenção da periodicidade e à ampliação do engajamento do público com os conteúdos divulgados.

2.4. Realização do Projeto Super Cães

O Projeto Super Cães, realizado em parceria com o instituto C.U.R.A.A. (Centro Universal de Referência em Assistência Animal) teve como tema “A terapia assistiva de 4 patas”, na qual animais são utilizados como ferramentas assistivas vivas para pessoas com deficiência ou neurodivergentes.



Nas semanas que se seguiram, a equipe C.U.R.A.A. esteve com seus cães para “passeios” nas dependências do TJGO com o objetivo de conscientizar os servidores para a importância destes animais, bem como para incentivar na arrecadação de ração própria.

O projeto promoveu a sensibilização dos servidores quanto ao papel dos animais como instrumentos de apoio terapêutico e assistivo, ampliando a compreensão institucional sobre acessibilidade e inclusão. A iniciativa também estimulou o engajamento social por meio de campanhas de arrecadação e reforçou a abordagem humanizada das políticas institucionais.

O projeto apresentou desafios relacionados à sensibilização inicial do público interno e à necessidade de ampliação da compreensão institucional acerca do papel dos animais como instrumentos de acessibilidade e inclusão.

Resultados alcançados: O projeto promoveu ação de sensibilização institucional sobre o papel dos animais como ferramentas assistivas vivas para pessoas com deficiência e neurodivergentes, incluindo palestra temática e atividades de circulação orientada nas dependências do Tribunal. A iniciativa contribuiu para o fortalecimento da cultura inclusiva e se alinha ao conjunto de 86 ações de sensibilização registradas no exercício.

Desafios enfrentados: O projeto apresentou desafios relacionados à sensibilização inicial do público interno e à necessidade de ampliação da compreensão institucional acerca do papel dos animais como instrumentos de acessibilidade e inclusão.

2.5. Expansão do Programa Com Viver

No ano de 2025, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão envidou esforços para a ampliação do Projeto Conviver, agraciado com o Prêmio Inovare de 2021, cuja finalidade consiste em promover a inclusão social no âmbito do Poder Judiciário mediante a participação de pessoas com deficiência física ou intelectual no desempenho de atividades de natureza institucional.

A expansão almejada visou abranger novas comarcas e incorporar o pagamento de bolsas direcionadas ao público-alvo, medida destinada a assegurar condições materiais mínimas para a participação no programa. Tal iniciativa busca consolidar ações afirmativas voltadas à promoção da autonomia, ao desenvolvimento de competências sociolaborais e ao fortalecimento da cidadania das pessoas com deficiência,



Atualmente, o Programa Com Viver funciona nas Comarcas de Goiânia, Cristalina e Padre Bernardo, contando com 12 participantes, e, concedendo-os bolsas de R\$ 759,00, vale-transporte e certificado de participação.

O programa foi expandido para novas comarcas, passando a contemplar unidades em Goiânia, Cristalina e Padre Bernardo, com 12 participantes ativos. A iniciativa promoveu inclusão social e desenvolvimento de competências sociolaborais, assegurando suporte financeiro por meio de bolsas, além de fomentar a autonomia e a cidadania das pessoas com deficiência.

A expansão do programa enfrentou desafios relacionados à ampliação para novas comarcas, à necessidade de estruturação administrativa para acompanhamento dos participantes e à garantia de recursos para manutenção das bolsas.

Resultados alcançados: Em 2025, foram empreendidos esforços de expansão do programa, que passou a funcionar nas comarcas de Goiânia, Cristalina e Padre Bernardo, com 12 participantes beneficiados por bolsa no valor de R\$ 759,00, vale-transporte e certificado de participação. O resultado evidencia avanço na inclusão socioprofissional de pessoas com deficiência intelectual e múltipla e guarda aderência com o registro institucional de ações de promoção da inclusão no período.

Desafios enfrentados: A expansão do programa enfrentou desafios relacionados à ampliação para novas comarcas, à necessidade de estruturação administrativa para acompanhamento dos participantes e à garantia de recursos para manutenção das bolsas.

3. Capacitação de magistradas, magistrados, servidoras e servidores

3.1 Oficina Inovajus de Acessibilidade e Inclusão

A Oficina de Acessibilidade e Inclusão, realizada em 31 de março de 2025, com 27 participantes, teve por finalidade identificar, de maneira colaborativa, sugestões de aprimoramento voltadas às ferramentas tecnológicas e aos mecanismos de acesso ao Poder Judiciário. O evento, realizado nas dependências do Inovajus, foi oficialmente aberto pelo Presidente deste Tribunal de Justiça, Desembargador Leandro Crispim, o qual ressaltou que a iniciativa constitui etapa fundamental para assegurar que o Judiciário goiano se mantenha alinhado aos princípios de acessibilidade, inclusão e igualdade de acesso à Justiça.

Estiveram presentes a coordenadora do Inovajus, as Juízas Auxiliares da Presidência Jussara Cristina Oliveira Souza e Lídia de Assisi Souza, a Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão Priscila Lopes da Silveira; representantes de outras instituições públicas como a Ordem dos Advogados e o Ministério Público, bem como servidores do TJGO.

É importante destacar que pessoas com baixa visão ou cegas foram especialmente convidadas para que expusessem os desafios de suas atividades laborais, de acesso a serviços e instalações, comunicação nos ambientes do Tribunal de Goiás de forma direta.



A oficina possibilitou a coleta de contribuições qualificadas de usuários, incluindo pessoas com deficiência visual, promovendo escuta ativa e identificação de barreiras no acesso aos serviços do Tribunal. Como resultado, foram levantadas propostas de aprimoramento voltadas às ferramentas tecnológicas e à acessibilidade institucional.

A iniciativa enfrentou desafios relacionados à mobilização de participantes com deficiência e à sistematização das contribuições, visando sua consolidação em propostas estruturadas de melhoria institucional.



Resultados alcançados: A oficina, realizada em 31 de março de 2025, permitiu a escuta qualificada de pessoas com deficiência visual, representantes institucionais e servidores, produzindo subsídios para o aprimoramento de ferramentas tecnológicas, fluxos e mecanismos de acesso ao Poder Judiciário. O resultado foi a consolidação de um espaço colaborativo de diagnóstico e proposição de melhorias.

Desafios enfrentados: A realização da oficina enfrentou desafios quanto à mobilização de participantes com deficiência e à sistematização das contribuições obtidas, de modo a convertê-las em propostas estruturadas de melhoria institucional.

3.2 Palestra do Projeto Todos Por Todos

3.2.1 Webinário “Ferramentas para pessoas com deficiência visual no âmbito do sistema de Justiça”

O evento foi mediado pela juíza Priscila Lopes da Silveira, Presidente da COPAI, em parceria com a Escola Judicial de Goiás (EJUG) e contou como palestrantes Promotor de Justiça do Estado da Bahia, Fernando Gaburri, e da servidora da comarca de Piranhas (TJGO), Laísa Cardoso.

No webinário foi discutido o que está sendo feito para diminuir barreiras da acessibilidade para o acesso à Justiça por pessoas com deficiência visual. Enquanto o Promotor Fernando Gaburri ressaltou que “para ter acesso à Justiça, realmente inclusivo, são necessários ritos às necessidades de cada indivíduo”, e que “a acessibilidade é um direito fundamental e é também princípio reservado a todos”, a servidora Laísa Cardoso sobre os desafios vividos e na importância da capacitação em audiodescrição.

O webinário ampliou o debate institucional sobre acessibilidade para pessoas com deficiência visual, promovendo a disseminação de conhecimento técnico e o compartilhamento de experiências práticas. A ação contribuiu para a formação continuada de magistrados e servidores e para o fortalecimento de uma cultura organizacional mais inclusiva.

A ação apresentou desafios relacionados à ampliação do alcance do público e à consolidação do conteúdo apresentado em práticas institucionais efetivas no cotidiano das unidades.

Resultados alcançados: No webinário realizado em 8 de setembro de 2025, foram debatidas ferramentas e práticas voltadas à acessibilidade de pessoas com deficiência visual no sistema de Justiça, com participação de especialistas e compartilhamento de experiências concretas. A ação reforçou a formação continuada e dialoga com os dados institucionais que apontam 7,7% dos servidores e 17,7% dos gestores capacitados nas temáticas de acessibilidade e inclusão.

Desafios enfrentados: A ação apresentou desafios relacionados à ampliação do alcance do público e à consolidação do conteúdo apresentado em práticas institucionais efetivas no cotidiano das unidades.

3.3 Cursos ofertados pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás – EJUG

3.3.1 Capacitação na Língua Brasileira de Sinais (Libras)

Durante todo o segundo semestre de 2025, a Escola do Poder Judiciário do Estado de Goiás (Ejug) disponibilizou o curso básico de Língua Brasileira de Sinais para magistrados e servidores e público em geral.

Foram ofertadas turmas nos meses de outubro e dezembro, com 50 vagas cada uma, totalizando 100 vagas, e carga horária de 20 horas, cujas aulas foram mistas entre síncrona e assíncrona. O público-alvo das capacitações foram magistrados(as), servidores(as), terceirizados(as) e estagiários(as) do TJGO, Tribunal Regional Eleitoral, Defensoria Pública, Ministério Público e outros tribunais, advogados(as), servidores(as) da administração direta e indireta, ao todo foram capacitados 57 servidores dos quadros de pessoal e auxiliar.

Resultados alcançados: A EJUG ofertou, no segundo semestre de 2025, duas turmas de curso básico de Libras, com 50 vagas cada e carga horária de 20 horas, alcançando magistrados, servidores, terceirizados, estagiários e público externo. O resultado soma-se aos indicadores institucionais que registram 94 cursos na temática de acessibilidade e inclusão, 10.755 vagas ofertadas e 57 integrantes do quadro auxiliar capacitados em Libras no período.

Desafios enfrentados: A capacitação enfrentou desafios quanto à ampliação do número de servidores capacitados, à continuidade das formações e à consolidação do uso prático da Língua Brasileira de Sinais no atendimento cotidiano.

3.3.2 Curso “Justiça Sem Barreiras”

O curso “Justiça sem Barreiras: Acessibilidade e Inclusão no TJGO” foi ofertado na modalidade EAD/online, com aulas assíncronas, sendo dividido em duas turmas: uma destinada aos participantes do Programa Ejug na Estrada do Conhecimento e outra voltada aos(às) convocados(as) da Presidência e demais interessados(as). A ação foi disponibilizada a magistrados(as) e servidores(as) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Realizado no período de 9 a 15 de dezembro de 2025, o curso teve carga horária total de 20 horas e foi estruturado em quatro unidades temáticas, abordando fundamentos legais e conceituais da inclusão, acessibilidade atitudinal e combate ao capacitismo, acessibilidade comunicacional e digital, bem como acessibilidade arquitetônica e gestão inclusiva.

A avaliação ocorreu de forma processual, com atividades ao longo das unidades, sendo exigido aproveitamento mínimo de 75% para aprovação, conforme previsto no Guia do Estudante.

Ao final, a ação alcançou 953 concluintes/aprovados, sendo 33 magistrados(as) e 920 demais integrantes do Judiciário, evidenciando ampla adesão e efetividade da iniciativa na promoção da acessibilidade e inclusão no âmbito institucional.

Resultados Alcançados: A ação alcançou 953 concluintes/aprovados, sendo 33 magistrados(as) e 920 demais integrantes do Judiciário, evidenciando ampla adesão e relevante alcance institucional. A modalidade EAD e a organização em unidades temáticas possibilitaram ampla disseminação de conhecimentos sobre acessibilidade e inclusão no âmbito do TJGO.

Desafios Enfrentados: Os principais desafios consistem em ampliar a participação de públicos estratégicos, assegurar a continuidade das ações formativas e fortalecer a aplicação prática dos conteúdos no cotidiano institucional, de modo a consolidar práticas permanentes de acessibilidade e inclusão.

4 Participação em eventos institucionais de acessibilidade e inclusão

A Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Juíza Priscila Lopes da Silveira, bem como a Secretária de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão, Raquel Magalhães Antonini, participaram de diversos eventos ao longo do ano de 2025, representando a Comissão e fortalecendo a agenda institucional de acessibilidade e inclusão.

No âmbito nacional, Raquel Magalhães Antonini participou das Oficinas de Design da Política da Pessoa com Deficiência no Âmbito Judicial, realizadas na sede do Conselho Nacional de Justiça. Ainda nessa perspectiva, ambas participaram do II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial, em Brasília.

No cenário local, a Juíza Priscila Lopes da Silveira esteve presente em eventos voltados à promoção de direitos, à gestão institucional e ao fortalecimento do controle social, incluindo oficina sobre gestão com diálogo e prevenção ao assédio moral, audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás sobre o acesso a tratamentos por pessoas com deficiência, reunião do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, participação no projeto Justiça Itinerante na Comarca de Niquelândia, além de evento promovido pelo Ministério Público do Estado de Goiás sobre avanços e desafios dos direitos das pessoas com deficiência.

Destaca-se, ainda, a participação em eventos institucionais relevantes, como a Conferência de Direitos Humanos e a solenidade em homenagem aos 10 anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência. A participação ativa em eventos locais e nacionais fortaleceu a articulação interinstitucional e possibilitou a troca de experiências e boas práticas em acessibilidade e inclusão, contribuindo para o alinhamento do Tribunal às diretrizes nacionais e para o aprimoramento das políticas institucionais voltadas à pessoa com deficiência.

Como desafio, destaca-se a necessidade de sistematizar o conhecimento adquirido e promover sua efetiva internalização em políticas e práticas institucionais permanentes.

Resultados alcançados: A participação da COPAI e da equipe técnica em oficinas, audiências públicas, encontros nacionais, reuniões de conselhos, ações itinerantes e conferências ampliou o intercâmbio institucional e a atualização técnica sobre direitos das pessoas com deficiência. O resultado foi o fortalecimento do repertório institucional para formulação de políticas, revisão de fluxos e qualificação das ações de acessibilidade e inclusão.

Desafios enfrentados: A participação em eventos apresentou desafios relacionados à sistematização do conhecimento adquirido e à sua internalização em políticas e práticas institucionais permanentes.

5. Indicadores de Acessibilidade e Inclusão

Os Indicadores de Acessibilidade e Inclusão fazem parte da Resolução 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça, que “Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de acessibilidade e inclusão, de unidades de acessibilidade e inclusão”.

Estes indicadores se encontram organizados em quatro eixos. Eles são: indicadores de gestão da acessibilidade e inclusão; acessibilidade em serviços; acessibilidade comunicacional; e, acessibilidade tecnológica. O desempenho do Tribunal de Justiça de Goiás em cada um deles é apresentado em sequência.

5.1. Indicadores de Gestão da Acessibilidade e Inclusão

5.1.1. Quantidade de servidores(as) com deficiência: 76 servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência; 33 estagiários(as) com deficiência; 09 trabalhadores terceirizados(as) com deficiência; 0 conciliadores(as) com deficiência; 03 juízes(as) leigos(as) com deficiência; e, 0 trabalhadores(as) com deficiência que atuam em serventias judiciais privatizadas.

5.2 Indicadores de Acessibilidade em Serviços

5.2.1 Capacitação: 7,7% dos servidores e 17,7 % dos gestores do TJGO são capacitados nas temáticas de acessibilidade e inclusão. Foram oferecidos 94 cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, totalizando 10.755 vagas. Especificamente, 57 servidores do quadro auxiliar e servidores do Quadro Pessoal foram capacitadas em Libras. Adicionalmente, 79 servidores do Diretoria de Engenharia e Arquitetura são capacitados em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica, 03 da unidade de Diretoria de Infraestrutura em Tecnologia da Informação (DITI) são capacitados(as) em normas de acessibilidade digital, 179 servidores da unidade de Gestão de Pessoas são capacitados para atendimento de pessoas com deficiência e 50% dos contratos que envolvem o público externo foram por movidos por pessoas aptas na comunicação em Libras. Ademais, foram realizadas 56 ações de promoção da inclusão e 86 ações de sensibilização com o objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

5.3 Indicadores de Acessibilidade Comunicacional

Foram produzidos 443 vídeos com recursos de acessibilidade e 2714 matérias jornalísticas. Informamos também que a Ouvidoria do TJGO disponibiliza formas de comunicação acessíveis para o atendimento de pessoas com deficiência. Aos surdos, por exemplo, é utilizado o aplicativo hand talk e no site do oficial deste Tribunal, consta a funcionalidade de leitura em Libras. Da mesma forma, o TJGO fornece tecnologias assistivas que permitem o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total: os programas leitores de

tela NVDA e Jaws; a ferramenta de contraste; e, programa de ampliação de tela. O aplicativo Zoom também é utilizado como ferramenta de videoconferência para o atendimento de pessoas com deficiência, seja do público interno ou externo.

5.4 Indicadores de Acessibilidade Tecnológica

O TJGO utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links. Eles são: (i) a extensão WAVE no navegador (<https://wave.webaim.org>); (ii) o Access Monitor <<https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt>>; e (iii) o aplicativo

Accessibility Checker, para dispositivos móveis.

Este Tribunal também fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total, quais sejam: (i) Programa leitor de tela: Software NonVisual Desktop Access (NVDA); (ii) Aplicativos associados a programas sintetizadores de voz (Software ClownFish Voice Manager);

(iii) Ferramenta de contraste: Ferramenta de contraste nativa do sistema operacional Windows; (iv) Programa de ampliação de tela: Ferramenta de lupa nativa do sistema operacional Windows.

Além disso, TJGO fornece a ferramenta Zoom, a qual possui diversas funcionalidades de acessibilidade, conforme parâmetros disponibilizados pelo próprio fornecedor

<<https://explore.zoom.us/pt/accessibility/>>, bem como possibilidade de integração com ferramentas de mercado, a exemplo do leitor de tela 'NonVisual Desktop Access (NVDA)' para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência.

6 Análise dos Desafios enfrentados

Acessibilidade em serviços: A realização da capacitação em Libras enfrentou desafios relacionados à ampliação do número de servidores capacitados, à continuidade das formações e à consolidação do uso prático da Língua Brasileira de Sinais no atendimento cotidiano. Destaca-se, ainda, a necessidade de padronização e capacitação para um atendimento humanizado e especializado para pessoas com deficiência em todas as unidades administrativas e judiciais do Tribunal.

Acessibilidade comunicacional: Evidencia-se a necessidade de ampliar a oferta de serviços de intérprete de Libras e de audiodescrição, de modo a atender plenamente os eventos institucionais, as atividades formativas e demais ações voltadas ao público interno e externo.

Acessibilidade tecnológica: Identifica-se a necessidade de aprimoramento das tecnologias assistivas, cuja implementação depende da atuação integrada entre diferentes áreas do Tribunal.

7. Considerações Finais

As ações desenvolvidas ao longo de 2025 evidenciam o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás com a promoção da acessibilidade e da inclusão, em consonância com as diretrizes normativas vigentes e com os princípios que asseguram os direitos das pessoas com deficiência.

Os avanços alcançados refletem o esforço conjunto das unidades envolvidas na implementação de políticas institucionais mais inclusivas, contemplando iniciativas voltadas à capacitação, ao aperfeiçoamento dos serviços, ao fortalecimento da comunicação acessível e à ampliação da acessibilidade tecnológica e arquitetônica.

Apesar dos resultados obtidos, ainda persistem desafios relevantes, especialmente quanto à ampliação e à continuidade das ações formativas, à disseminação de práticas inclusivas em todas as unidades, à sistematização das iniciativas desenvolvidas e à incorporação efetiva dos recursos de acessibilidade à rotina institucional.

Nesse cenário, reafirma-se a importância da atuação integrada entre as áreas do Tribunal, do monitoramento contínuo dos indicadores e da adoção de estratégias que assegurem a efetividade, a continuidade e a sustentabilidade das ações implementadas.

8. Publicações – Links

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/agencia-de-noticias/noticias-ccs/17-tribunal/32208-membros-da-comissao-permanente-de-acessibilidade-e-inclusao-do-tjgo-debatem-cronograma-e-aco-es-relacionadas-a-acessibilidade-e-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia>

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/agencia-de-noticias/noticias-ccs/20-destaque/33250-membros-da-comissao-de-acessibilidade-deliberam-sobre-fixacao-de-datas-de-eventos-de-palestras-do-programa-todos-por-todos-e-com-viver>

<https://www.instagram.com/p/DLAtNXQuxDv/>

<https://www.instagram.com/p/DGn9ze3OIPk/> <https://www.instagram.com/p/DHdpHe5OnwG/>

https://www.instagram.com/p/DH9IpN6JEE2/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DLck_PEO6Fp/

https://www.instagram.com/p/DNojQamB4be/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DNqy5k7h7S7/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DNsmEZeXDoy/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DNwTojkwmMa/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DNy30a5wg2v/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DN3fMZ8YuyI/?img_index=1

<https://www.instagram.com/p/DN3vKOkwu7m/> <https://www.instagram.com/p/DN6Yr3BgdKD/>

<https://www.instagram.com/p/DOwSqqkAeTo/> https://www.instagram.com/p/DO6zl6egZkp/?img_index=1 <https://www.instagram.com/p/DPAFkI5ATNf/>

<https://www.instagram.com/p/DPEy6YUkS8r/> <https://www.instagram.com/p/DPPgttSARpL/>

https://www.instagram.com/p/DPo2RF9kVVM/?img_index=1

https://www.instagram.com/p/DRHuokCkSUz/?img_index=1

<https://www.instagram.com/p/DJFob50NHk9/> https://www.instagram.com/p/DI1B4cguWi0/?img_index=1

<https://www.tjgo.jus.br/index.php/agencia-de-noticias/noticias-ccs/20-destaque/32616-abril-laranja-a-terapia-assistiva-de-4-patas-e-tema-de-palestra-na-ejug-acao-visa-dar-importancia-dos-animais-para-a-promocao-da-acessibilidade-de-pessoas-com-deficiencia>

<https://www.instagram.com/p/DJukz8Jpo4j/>

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

NÚCLEO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NURSAI)

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

ADMINISTRAÇÃO

DESEMBARGADOR LEANDRO CRISPIM

COORDENAÇÃO GERAL

DR. GUSTAVO ASSIS GARCIA

DRA. PRISCILA LOPES DA SILVEIRA

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI

ELABORAÇÃO

RAQUEL MAGALHÃES ANTONINI

EDSON HENRIQUE DE OLIVEIRA TANNÚS

JOSÉ NETO CAMARGO CASSIANO

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 123489179750 no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202603000729697 (Evento nº 33)

GUSTAVO ASSIS GARCIA

JUIZ DE DIREITO

JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA - GUSTAVO ASSIS GARCIA

Assinatura CONFIRMADA em 30/03/2026 às 17:55

